

# Método da história e ciências sociais: Para uma micro-história aplicada<sup>1</sup>

Giovanni Favero

“Dispus em cadeia três de suas máximas: nem tudo acaba sendo escrito; os homens do passado também viviam sem conhecer o futuro; é sempre pouco o que se consegue saber do próprio tempo”. (Molesini, 2006, p. 357)

## O porquê

Este breve ensaio surge de uma questão de fundo: qual pode ser o papel da história econômica e da história em geral no panorama atual das ciências sociais e dos estudos humanísticos? Os problemas de identidade científica que atravessam a história econômica aparecem, na realidade, como expressão de um estado das coisas no qual a própria relevância do saber histórico está fortemente colocada em xeque. A história econômica, de fato, permaneceu presa no hiato entre as abordagens sempre mais formalizadas adotadas pelas ciências sociais e a “virada cultural” dos estudos humanísticos. Entretanto, foi a própria história, e não somente a história econômica, que perdeu gradualmente sentido no decorrer daquelas mesmas tendências à separação entre o trabalho de quem se ocupa da construção social dos significados e das preferências e aquele de quem estuda as sociedades humanas enquanto produto da interação de atores racionais que perseguem os próprios fins. Nesta perspectiva, a possível redescoberta da história como chave de leitura dos problemas atuais passa obrigatoriamente pelo cruzamento entre as

---

1. Publicado originalmente com o título: “*Sul metodo storico e le scienze sociali: per una microstoria applicata*”, em revista organizada por: Andreozzi, 2017, p. 57-70. Tradução: Francesco Santini. Revisão técnica: Alexandre Karsburg e Maira Vendrame.

duas abordagens e suas contradições. Desse modo, a história econômica apresenta-se como o lugar ideal para enfrentar tais contradições, que a cingem.

De que maneira? Acredito seja indispensável refletir e discutir explicitamente acerca das premissas metodológicas que dão vida ao trabalho do historiador. Explicitar tais premissas constitui assim a única maneira para desmentir a percepção, difundida em outros âmbitos, da história vista como uma disciplina descritiva, um repertório de exemplos úteis para tudo, um campo de aplicação de teorias elaboradas em outro lugar.<sup>2</sup> O caráter técnico das questões metodológicas não deve fazer esquecer o papel crucial destas na definição da identidade de uma disciplina e do seu campo de aplicação. No estudo da economia e das organizações, tal papel foi notável e, longe de ser puramente instrumental, conduziu a evolução das disciplinas econômicas e das ciências sociais. Repercorrer o debate metodológico em tais disciplinas permite iluminar a questão de como a história e a história econômica tentaram confrontar-se com aquelas, perdendo de vista, por vezes, a própria especificidade.

Considerando esta perspectiva, pode ser útil recomençar por uma das experiências historiográficas mais cômicas do ponto de vista metodológico, a micro-história. Todavia, não se trata de propor novamente as mesmas problemáticas, que encontravam uma razão de existência em um contexto histórico peculiar, mas de reelaborar as sugestões oferecidas por aquelas reflexões para dar nova substância ao debate acerca do método da história, abrindo um confronto paritário com as ciências sociais.<sup>3</sup> A micro-análise apresenta-se, deste ponto de vista, como um instrumento poderoso que põe em discussão os limites de aplicação das teorias construídas sobre os métodos que excluem grande parte das sociedades humanas passadas e presentes de uma investigação capaz de enxergar as suas peculiaridades.

## Quando

Uma guinada metodológica crucial no âmbito das ciências econômicas e sociais aconteceu entre os anos 50 e 60 nos Estados Unidos, definindo novos critérios para determinar o rigor científico do trabalho de pesquisa, os quais se tornaram gradualmente dominantes. Antes daquele momento, uma abordagem histórica à

---

2. A respeito de uma crítica à concepção da história difundida entre os economistas e os cientistas sociais, veja-se Clark; Rowlinson, 2004.

3. A respeito de uma recente comparação entre a micro-história e as abordagens dos processos de construção social das instituições próprias das ciências sociais, veja-se Decker, 2015.

pesquisa em ciências sociais e econômicas estava plenamente legitimada e largamente presente nas principais universidades.

O caso das disciplinas administrativas é notável deste ponto de vista: o sucesso dos estudos de A. Chandler marca talvez o ápice da influência da história nos estudos de *management*.<sup>4</sup> Concomitantemente, todavia, a fundação de novas revistas, como *Management Science* (1954) e *Administrative Science Quarterly* (1956), marcava a emergência de uma diferente concepção da pesquisa científica.<sup>5</sup> Esta dava prioridade à possibilidade de acessar dados completos e confiáveis, que permitissem uma amostragem estatística rigorosa e o uso de métodos experimentais de observação controlada. Tanto a investigação histórica quanto a pesquisa qualitativa em contextos diversos das economias industrializadas ocidentais deviam ser postas em segundo plano com o objetivo de favorecer o desenvolvimento de pesquisas rigorosas. William Delany foi um dos primeiros a dizer isso de maneira explícita, evocando uma maior “atenção para com organizações atuais e imediatamente observáveis, com o fim de obter dados completos e rigorosos. À pesquisa histórica, apesar de não ser excluída, deve ser dada uma prioridade de segundo nível, enquanto estudos comparativos rigorosos devem substituí-la no primeiro nível de prioridade” (Delany, 1960, p. 449).

Nas décadas seguintes, tal processo estendeu-se dos Estados Unidos para a maior parte dos países ocidentais e, com tempo e modalidades diferentes, chocou-se com quase todas as ciências sociais. Não é estranho conjecturar que aquela escolha de privilegiar o rigor e a exaustividade – ao invés de enfrentar os problemas de não mensurabilidade e incomensurabilidade ligados às dificuldades de acesso a contextos diversos – explique a dificuldade que as teorias elaboradas a partir de tais estudos demonstraram ter depois, frente a mudanças históricas e geopolíticas que colocaram em xeque condições de contexto cuja estabilidade era dada por certa.

Isto vale para a economia assim como para as ciências sociais e comportamentais. Preferiu-se, aqui, citar o exemplo de uma disciplina que à época estava ainda em via de “cientifização”, para mostrar como a exclusão progressiva da história tinha, antes de tudo, uma justificação metodológica.

A relação com a evidência empírica, construída no decorrer do século XX pelas ciências sociais na base do método estatístico, pressupõe de fato a possibilidade, para o pesquisador, de “construir” de maneira controlada os próprios dados, selecionando a amostra de modo casual ou estratificado e adotando procedimentos

---

4. Em especial, veja-se Chandler, 1962.

5. Acerca da virada cientificista das disciplinas administrativas, veja-se Kipping e Üsdiken, 2014, p. 37-38.

rigorosos de coleta das informações. Tais procedimentos são objeto de explícita discussão durante a exposição dos resultados da pesquisa, com o objetivo de permitir a “reprodutibilidade”. Os dados construídos dessa maneira são definidos como “secundários”.<sup>6</sup> Fica evidente, assim, a inversão no uso dos adjetivos em relação à hierarquia das fontes que os historiadores utilizam, na qual “primária” é a documentação, quase sempre de arquivo, mais próxima do objeto de estudo, e “secundária” é aquela produzida após reelaborações e estudos posteriores (Rowlinson; Hassard; Decker, 2014, p. 255-258).

Contrariamente aos cientistas sociais, os historiadores estudam objetos aos quais não podem mais ter acesso direto: podem encontrar, por consequência, somente os rastros que tais objetos deixaram; rastros inevitavelmente parciais e deformantes, e cujo nível de deformação não é definível. A historiografia elaborou um conjunto de métodos para realizar a crítica das fontes, úteis para avaliar a sua coerência interna, em comparação a outras fontes e ao contexto em que se situam e foram produzidas. Entretanto, tal processo é raramente explicitado na exposição dos resultados da pesquisa histórica, na qual se privilegia a *verificabilidade* da documentação, remetendo às notas sua colocação no arquivo e colocando em primeiro plano, no texto, a narração dos eventos assim como foram reconstruídos.

Diante da virada científicista das ciências sociais, a resposta dos historiadores foi frequentemente a reivindicação de um diferente estatuto científico da história, de alguma forma ligada a procedimentos intuitivos distantes da meticulosa precisão analítica das ciências matemáticas e experimentais. Remonta precisamente aos anos 60 uma crítica radical desta atitude, que, conforme H. White, escondia a incapacidade dos historiadores de se confrontar com os acontecimentos do século XX, não somente das ciências sociais, mas também das disciplinas literárias e artísticas. Esta incapacidade originava-se em uma concepção oitocentista da objetividade, ainda difundida, apesar das críticas presentes já no Oitocentos e reiteradas posteriormente: “muitos historiadores continuam a tratar os seus ‘fatos’ como se fossem ‘dados’ e, diferentemente de muitos cientistas, recusam-se a reconhecer que tais ‘fatos’ não são tanto ‘descobertos’ quanto, sobretudo, ‘construídos’ a partir do tipo de perguntas que o pesquisador faz aos fenômenos que o antecedem” (White, 1966).<sup>7</sup> Por isso, o convite a uma concepção pluralista das possíveis abordagens de estudo do passado, com a consciência de que cada uma

---

6. O uso de dados “secundários” coletados nos arquivos não é tido por alguns cientistas sociais como totalmente correto do ponto de vista da pesquisa empírica, precisamente porque o pesquisador não pode controlar a construção do dado: Strati, 2000, p. 133-134.

7. Para uma crítica ao positivismo historiográfico do ponto de vista hermenêutico, veja-se Dilthey, 1974 [1883].

destas exclui parte dos dados disponíveis do âmbito das evidências consideradas, assim como cada ponto de observação deixa na sombra uma das faces do objeto observado. Esta concepção podia permitir ao historiador o uso das mais diversas técnicas elaboradas pelas ciências sociais e naturais, sem ter de atribuir valor único a tais métodos por serem intrinsecamente correspondentes às qualidades do seu objeto de análise.

## Quanto

H. White argumentava, entre as técnicas e os métodos próprios das ciências sociais, que os historiadores já tentavam utilizar a *job evaluation* (avaliação do trabalho), a resolução de conflitos, a teoria dos jogos, e, sobretudo, a econometria (White, 1966, p. 128). Desde o final dos anos 50, de fato, os promotores da “nova história econômica” haviam adotado as ferramentas quantitativas das ciências sociais, em especial da econometria, na tentativa de verificar, por via contrafactual, a solidez lógica da interpretação histórica dos fenômenos econômicos. A cliometria, termo introduzido em 1960, configurou-se logo como parte da ciência econômica, e como tal consagrou-se em 1993 com o Nobel de economia conferido a R. Fogel e D. North.<sup>8</sup> Tal afastamento disciplinar para com a história tradicionalmente entendida não deve, todavia, fazer esquecer que a proposta cliométrica adotava uma forte consciência metodológica do caráter construído da interpretação historiográfica, sempre fundamentada em uma seleção da evidência empírica e enfatizando nexos causais não unívocos. Essa consciência não era comum entre os historiadores da época; tornou-se tal no âmbito da “virada linguística”, com a relevante contribuição de H. White.<sup>9</sup>

A “nova história econômica” usou então essa consciência para aderir desde logo à já mencionada “virada cientificista” nas ciências sociais, propondo de fato uma resposta imediata ao risco de exclusão progressiva da história do âmbito das ciências sociais, e fez isso mostrando a possibilidade de construir, a partir das fontes históricas, dados tratáveis com as mesmas, rigorosas ferramentas quantitativas aplicáveis a contextos atuais. O salto epistemológico da fonte para o dado era justificado individuando na estimativa, na interpolação e na correção dos dados

---

8. O debate acerca da “nova história econômica” está disponível na antologia organizada por Andreano, 1970. Sobre uma síntese apologetica dos resultados obtidos, veja-se Goldin, 1995.

9. Veja-se White, 1973.

o momento de verdadeira “construção” da evidência empírica.<sup>10</sup> Por que, então, considerada tal consciência, a “nova história econômica” é frequentemente acusada, também pelos historiadores que não aderem a uma concepção ingênua da objetividade dos fatos, de perder de vista as diferenças de contexto e, consequentemente, de significado dos fatos estudados? Não se trata de uma incompreensão ou de desconfiança por parte de quem não domina as técnicas utilizadas pelos cliometristas. Estes são mais frequentemente acusados de fazer coincidir a crítica das fontes com o controle estatístico do dado, renunciando quase sempre à interpretação filológica e contextual do seu significado.

Na verdade, é preciso dizer que a cliometria não exclui âmbitos de estudo distantes e diversos, mas os torna objeto do mesmo tipo de abordagem, sem considerar a distância e a diferença, e utiliza os métodos econométricos para verificar a aplicabilidade dos modelos econômicos aos dados obtidos das fontes provenientes de diferentes contextos. Para fazer isso, como qualquer tipo de “história serial”, deve definir “fatos repetíveis” aos quais aplicar técnicas de elaboração replicáveis.<sup>11</sup> Graças ao desenvolvimento da informática, isso não impede nem um pouco, hoje, a utilização de uma ampla variedade de fontes, também qualitativas, por meio da disponibilidade de ferramentas de análise do texto e de seu conteúdo. É mais a repetibilidade efetiva de um fato histórico a se tornar um problema: os fatos ou os eventos definidos do mesmo modo pelas fontes em diversos momentos ou contextos históricos possuem realmente o mesmo significado?

Como A. Desrosières não se cansava de lembrar, as informações são registradas e classificadas naquelas que depois tornam-se as fontes usadas pelos historiadores na base de convenções mais linguísticas do que formais. São aquelas convenções que tornam os dados obtidos das fontes compatíveis entre si. O problema é que estas mudam continuamente no decorrer do tempo, pois se modifica, não somente o modo pelo qual os objetos são descritos (ou medidos), mas também o significado atribuído aos próprios objetos (Desrosières, 1993). O exemplo mais típico, muito estudado pelos historiadores da estatística, é aquele do desemprego e do diverso significado atribuído ao termo no decorrer do último século, mas o mesmo se pode falar, por exemplo, do custo de vida, como bem demonstram estudos recentes.<sup>12</sup> Tudo isso não quer dizer que o estudo quantitativo dos fatos históricos seja inútil,

---

10. Com relação a este aspecto, veja-se Baccini & Giannetti, 1990.

11. A respeito de uma definição de “história serial”, veja-se Chaunu, 1978. A ideia de “fatos repetíveis” como seu pressuposto indispensável está em Ricoeur, 2009, p. 184.

12. Acerca da descoberta do desemprego na Itália, veja-se Alberti, 2016. Acerca das mudanças de significado da mensuração do custo de vida nos Estados Unidos, veja-se Stapleford, 2009.

pelo contrário: é o esforço de colocar os fatos em perspectiva desde as origens até o presente, de “apresentar séries contínuas de longa duração, que é enganoso e tende a fazer desaparecer os problemas acima evocados” (Desrosières, 1992, p. 97).

Já H. White avisava que “o historiador não ajuda ninguém ao construir uma continuidade ilusória entre o mundo de hoje e aquele que o antecedeu. Pelo contrário, é necessária uma história que nos eduque para a descontinuidade; pois a descontinuidade, a desagregação e o caos são a nossa condição de vida” (White, 1966, p. 134). O esforço de tornar simples as coisas complexas, e familiares as coisas estranhas, caracteriza, para White, todos aqueles que estão convencidos da correspondência entre as suas categorias interpretativas e a realidade que estudam, que tratam as metáforas que usam para compreender o mundo como uma representação realística, que confundem - acrescentaria eu - as técnicas com o método. Aquilo que leva a cliometria a não captar o impacto da mudança histórica na própria definição das categorias e dos objetos que estuda é, assim, a total adesão à “virada cientificista”, a qual pressupõe que uma abordagem rigorosa do estudo do passado seja possível “somente” por meio dos métodos, sobretudo quantitativos, próprios das ciências sociais. Em tal perspectiva, a história é identificável, em última análise, com o seu objeto, o estudo do passado. O passado é reduzido a um pródromo do presente. As técnicas quantitativas próprias das ciências sociais tornaram-se o único método cientificamente rigoroso. E a história econômica tornou-se economia aplicada. Nada de errado nisso, exceto a perda de capacidade, central para a história, de compreender a radicalidade da mudança histórica. Tal radicalidade torna impossível, para o historiador que queira evitar curtos-circuitos lógicos e erros de análise, uma explicação exaustiva do passado (Martin, 2004, p. 33-76). Mesmo na aplicação das técnicas interpretativas mais diversas, o respeito da história demanda um rigor baseado em princípios diferentes daqueles das ciências sociais, mas da mesma forma forte em sua coerência.

## O quê

Se a história econômica não quer ser economia aplicada, deve estudar os fenômenos econômicos com método histórico. Somente assim pode aspirar a desenvolver o papel de uma “história aplicada” a diversos âmbitos da economia. Entretanto, acaso existe a possibilidade de definir com rigor uma abordagem metodológica diferente daquela das ciências sociais, específica da história enquanto disciplina, que se ressentida pela impossibilidade de ter acesso pleno ao objeto que estuda, que deve evitar interpretar o passado à luz do presente, mas que não pode desviar-se

de adotar um ponto de vista retrospectivo? É possível satisfazer a necessidade de rigor lógico sem renunciar à riqueza idiossincrática da documentação histórica?

Como mencionado, o historiador reconstrói uma realidade que nunca poderá conhecer na sua totalidade. Um primeiro elemento crucial de especificidade do método histórico é então este mesmo: a incognoscibilidade do objeto estudado, o passado, do qual permanecem somente rastros selecionados pelo tempo de maneira casual, mas frequentemente deformados. Aqueles rastros (as fontes) podem ser combinados de maneiras diferentes, fazendo prevalecer as hipóteses logicamente mais convincentes e capazes de explicar as evidências disponíveis. Por isso, o historiador não pode explicar os fenômenos, os processos, o passado, mas em primeiro lugar explica as fontes que encontra à sua disposição e tenta ligá-las, seguindo um procedimento que, precisamente pela impossibilidade de alcançar um conhecimento direto, foi definido como *indiciário*.<sup>13</sup> Primeira e cansativa tarefa deontológica dos historiadores é, portanto, aquela de distinguir as fontes de sua própria interpretação. É possível discutir criticamente a respeito das fontes e da sua confiabilidade, ou mesmo de como seria mais sensato conectá-las: são dois problemas diferentes, apesar de estarem obviamente interligados.

Um segundo aspecto de especificidade próprio do método histórico é a relação com a teoria. Retomando as questões acima delineadas, se se aceita a impossibilidade de uma explicação exaustiva do passado, aceita-se também a ideia pela qual as perguntas teóricas (universais) corresponderão, inevitavelmente, a respostas parciais (particulares). As teorias e os métodos retomados por outras disciplinas são simples ferramentas técnicas úteis para iluminar com uma luz diferente, aumentar ou colocar em perspectiva o que se estuda, mas não esclarecem a respeito de seu significado. Longe de aplicar a teoria ao estudo dos fatos, os historiadores usam os seus casos de estudo para construir novas hipóteses teóricas. Minha opinião é que o fazem sempre, mas nem sempre o afirmam explicitamente.

É mérito da micro-história ter explicitado de maneira coerente as implicações desta maneira de proceder. Faz-se aqui referência à micro-história não somente por afeto ou formação, mas porque ela enfrentou, desde seu começo, os problemas aqui individuados, buscando um diálogo paritário com as ciências sociais. Os micro-historiadores dos anos 70 e 80 souberam definir, de modo quase formalizado, os elementos de um método útil para extrair da análise dos eventos históricos novas hipóteses teóricas, evitando a alternativa entre uma filosofia da história e a

---

13. Acerca da necessidade, para o historiador, de propor uma reconstrução do passado que “explique as fontes”, mais do que “explicar o passado” por meio das fontes, veja-se Megill, 2007, p. 246. Acerca do “paradigma indiciário”, veja-se Ginzburg, 1979.

subordinação às ciências sociais (Decker, 2015). O dever, percebido pelo historiador, de evitar simplificações, de respeitar a radical diversidade do passado, torna-se, nesta perspectiva, uma poderosa ferramenta heurística capaz de elucidar tendências gerais – de outro modo invisível a partir de uma perspectiva atual – e de esclarecer generalizações e pressupostos errados.

A questão precípua não é ligar o nível micro, local, ao nível macro, nacional ou internacional: este é o equívoco que produziu polêmicas enganadoras. Trata-se mais de abstrair do particular considerações gerais, “teóricas”, tendo a consciência de que cada história é uma história particular, é uma micro-história. Um estudo que trata de toda a história europeia, do Medievo à Idade Contemporânea, não é, por si só, imediatamente generalizável, assim como não o é o estudo de uma comunidade rural do Seiscentos.

A micro-história explora a possibilidade para a história de ligar o caso particular, grande ou pequeno, a considerações gerais, por meio de procedimentos lógicos que evitem os obstáculos intrínsecos que impedem a aplicação aos fatos históricos dos procedimentos de inferência e os critérios de representatividade estatística usados pelas ciências sociais. A consciência da impossibilidade de aplicar rigorosamente aqueles métodos ao conhecimento histórico faz-se acompanhar da máxima abertura para com qualquer técnica que permita confrontar casos diferentes e elaborar hipóteses teóricas. Para não sacrificar o conhecimento idiossincrático ao esforço de generalização, a micro-história evita “recusar todas as possíveis formas de abstração, justamente porque os fatos mínimos e os casos individuais podem ser reveladores de fenômenos mais gerais”, se observados a partir de pontos de vista e através de lentes teóricas diferentes. De tal maneira, “também as dissonâncias menores aparecem como possíveis indicadores de aspectos de caráter geral” (Levi, 1991, p. 110).

O que E. Grendi definiu como o “excepcional normal” pode ser reinterpretado nesta perspectiva como um modo de proceder que possibilita usar o caso singular para: 1) mostrar os limites de aplicação das teorias e dos modelos existentes; 2) indicar problemas que as teorias não consideram; e 3) fazer emergir aspectos normalmente invisíveis por causa de uma falta geral de fontes disponíveis. Em tal perspectiva, o que aparece como mais interessante é a possibilidade de conectar em termos lógicos o estudo de um caso singular a considerações gerais, apesar de sua representatividade estatística ou “típica”.<sup>14</sup>

É preciso salientar que tal maneira de proceder não recusa absolutamente o

---

14. Acerca do “excepcional normal”, veja-se Grendi, 1977.

uso de técnicas formalizadas: a falsificação de um enunciado teórico segue regras da lógica formal. O problema que se põe é mais aquele de superar uma abordagem oitocentista entre o particular e o geral. Oitocentista é, de fato, a ideia de que os fenômenos sociais estejam distribuídos conforme uma curva normal, que a média represente o caso mais frequente e, portanto, típico, e que, estudando detalhadamente os casos típicos, seja possível compreender o funcionamento dos outros. O conceito de representatividade estatística constitui a evolução novecentista deste pressuposto, coerentemente desenvolvido em termos probabilísticos. A questão é que a hipótese que subjaz à ideia de representatividade probabilística é válida somente quando é possível imaginar que os fenômenos estudados se assemelhem a bolinhas “extraídas da mesma urna”, ou seja, pertençam ao mesmo contexto, e não existam interferências sistemáticas relativamente à sua distribuição. Todavia, a história estuda precisamente a mudança e a descontinuidade, e desse modo, ela está interessada nos momentos para os quais aquelas interferências se tornam determinantes.

## Como

A abordagem micro-histórica encontra assonâncias e verdadeiras continuidades na reflexão interior às ciências sociais acerca dos métodos qualitativos e do papel dos estudos de caso na elaboração teórica. É preciso dizer que tal reflexão desenvolveu-se de maneira paralela ao debate historiográfico a respeito da micro-história, sem reais pontos de contato, exceto pela importante tentativa de estabelecer um diálogo entre os dois âmbitos, promovido mais de uma década atrás por J.-C. Passeron e J. Revel (Passeron; Revel, 2005). No âmbito sociológico, em especial, alguns historiadores evidenciaram a importância da análise dos casos de desvio frente à norma como ferramenta útil para avaliar a validade de hipóteses e modelos teóricos (Emigh, 1997). O esforço de distinguir diversas tipologias de “exceção” permitiu a construção, a partir destas, de um quadro analítico útil à identificação de diversas estratégias possíveis de pesquisa, praticáveis ao estudar um caso singular.

Neste sentido, I. Ermakoff propôs recentemente classificar as “exceções” como: 1) “anomalias” que podem “ter um papel crucial quando pegam de surpresa os nossos pressupostos e as nossas expectativas”; 2) exemplos “paradigmáticos” de partes de realidade, ou seja, classes empíricas que “fugiram a uma indagação sistemática”; 3) *outlier*, valores erráticos que “iluminam conjuntos de relações que, em situações menos particulares ou menos extremas, tendem a permanecer invisíveis”.

O que é interessante nesta classificação é a definição das diferentes funções lógicas que o estudo de caso excepcional pode desenvolver. Trata-se de um elemento crucial para permitir a nível teórico o aproveitamento da micro-análise de casos singulares, e as categorias individuadas por Ermankoff respondem perfeitamente à exigência de rigor teórico própria da pesquisa histórica, além daquela outra, qualitativa. Ermankoff é também perfeitamente consciente de que os casos excepcionais “constituem oportunidades de pesquisa somente pelo efeito do trabalho analítico que utilizamos para este fim” (Ermakoff, 2014, p. 223-225). Todavia, não chega ao ponto de dizer, como sustentaram os micro-historiadores, que cada caso contém, dentro de si, aspectos excepcionais (ao lado de outros “normais”), que oferecem um amplo leque de oportunidades de elaboração teórica.

No âmbito historiográfico, dentre as reflexões mais interessantes, na mesma linha das que mencionei há pouco, ressalto o trabalho de M. Peltonen, que mostra as diversas modalidades de ligar o nível micro (particular) e macro (geral) elaboradas a partir de pressupostos disciplinares e filosóficos diferentes: uma abordagem “indiciária” revela elementos anteriormente não observados e mostra conexões inesperadas; o estudo de elementos “marginais” revela a possibilidade de desvios significativos da norma; fragmentos significativos podem dar uma representação em miniatura, em uma “mônada”, de um inteiro mundo.<sup>15</sup>

Querendo, é possível individuar correspondências, mesmo que não unívocas, entre a série de abordagens descrita por Peltonen e a classificação de Ermakoff. A partir disso, arrisco, nas últimas linhas deste texto, uma tentativa de delinear um esquema das possíveis estratégias de pesquisa que podem ser usadas pelos historiadores para derivar do estudo aprofundado de um caso singular, grande ou pequeno, sugestões úteis a nível teórico e geral. Tais estratégias podem vir a mostrar-se aplicáveis contemporaneamente ao menos, dependendo da abordagem analítica do pesquisador e das perguntas teóricas de interesse.

Penso seja útil, em primeiro lugar, distinguir dois diferentes níveis sobre os quais é possível articular a relação entre as peculiaridades do que o historiador estuda e as considerações teóricas gerais que podem daí ser tiradas. Um primeiro nível é relativo às fontes disponíveis e à possibilidade relacionada de observar alguns fatos, dada a sua capacidade de falar ao que interessa ao pesquisador. Um segundo nível é relativo à presença ou à ausência efetiva, quando seja possível estabelecê-la, de elementos que o pesquisador espera encontrar, a partir das suas hipóteses e das

---

15. Veja-se Peltonen, 2001. A referência à abordagem indiciária é de Ginzburg, 1979; relativamente ao estudo das margens, De Certeau, 1975; acerca das mônadas, Benjamin, 1982.

perguntas teóricas iniciais. Seguindo este esquema, a relação entre norma e exceção, como diria Grendi, pode configurar-se de quatro diversas maneiras.

Partamos do afortunado caso no qual seja possível afirmar, sem sombra de dúvida, a ausência de alguns elementos, que a hipótese inicial previa estivessem presentes, e que o pesquisador esperava encontrar. Esta, que Ermakoff chamaria de anomalia, pode assumir uma função contrafactual, falsificando e desmentindo a universalidade conjecturada de um modelo ou a validade geral de uma hipótese teórica.

Todavia, pode ocorrer a situação inversa, na qual se descobre a “presença” de elementos inesperados, mas determinantes para explicar as dinâmicas próprias da peculiar realidade estudada. Esta descoberta abre novos percursos de pesquisa, tornando o estudo de caso o exemplo paradigmático de uma condição de possibilidade que não se tinha cogitado e que é inevitavelmente temporária ou localizada. Aliás, este é o caso típico de “excepcional normal”, ao qual se referia o debate micro-histórico.

Contudo, a possibilidade de determinar com toda a certeza a ausência ou a presença, no caso estudado, de elementos previstos ou imprevistos é rara. Mais frequentemente, acaba por ser impossível dizer se a ausência de algum elemento que se esperava encontrar depende da opacidade das fontes ou de uma situação de fato. O “silêncio” das fontes a propósito de aspectos esperados pode, mesmo assim, tornar-se, por sua vez, objeto de reflexão. No momento em que a triangulação com outras fontes sugira a presença de aspectos que se mostrem invisíveis, é possível tornar os limites da informação provida pela própria fonte o objeto de considerações acerca do caráter deformante da representação da realidade que dela se obtém. As fontes podem esconder, negligenciar, considerar óbvios ou apagar aspectos singulares, silenciando sua história; trabalhar de maneira crítica acerca da sua construção pode dizer muito sobre tudo aquilo que distorce a percepção dos fatos por parte do historiador e pode revelar o que A. L. Stoler definiu como “não-eventos”, ou seja, fatos tidos como irrelevantes e excluídos da representação histórica, por comprometer sua coerência.<sup>16</sup>

Algumas fontes excepcionais podem, pelo contrário, mostrar fatos e dinâmicas que normalmente permanecem invisíveis, dando “voz” a aspectos escondidos e desenvolvendo uma fundamental função heurística, enquanto janelas para uma dimensão diversa do passado estudado, ponta de um iceberg submerso ou indício para descobrir aspectos anteriormente ignotos.

---

16. Acerca do “silêncio dos arquivos”, veja-se Decker, 2013; dos “não-eventos”, veja-se Stoler, 2010, p. 73-76.

É minha convicção que para cada caso estudado seja possível aplicar uma ou algumas dessas estratégias. Somente dando relevância à exceção e à sua relação com a norma – entendida, antes de tudo, como modelo teórico que nega sua possibilidade, apoiando-se na consciência das deformações produzidas pelas fontes – é possível, para o historiador, confrontar-se a nível teórico com as ciências sociais. O rigor lógico exigido pelo confronto com as fontes históricas é a característica peculiar de uma disciplina, a história, que faz da impossibilidade de conhecer o passado na sua totalidade a condição para uma contínua pesquisa crítica. A paralela consciência da radicalidade da mudança, como único elemento constante na história, permite desmentir as pretensões de universalidade das teorias e dos modelos construídos pelas ciências sociais e de mostrar as condições de possibilidade no âmbito de aplicação a um aqui e agora mais ou menos amplo. Entretanto, aquela mesma consciência obriga também os historiadores a aceitar a inevitável provisoriedade das suas reconstruções do passado: como nos lembra quem escreve obras de ficção científica, “o futuro está lá, (...) olhando para nós, tentando entender a ficção em que teremos nos tornado. E de onde eles estão, o passado atrás de nós não parecerá nem um pouco com o passado que imaginamos atrás de nós agora” (Gibson, 2003, p. 57).

## Referências

- Alberti, M. **Senza lavoro. La disoccupazione in Italia dall'Unità a oggi**. Bari: Laterza, 2016.
- Andreano, R. L. (org.) **The new economic history: recent papers on methodology**. New York: Wiley and Sons, 1970.
- Andreozzi, D. (org.) **Quantità/qualità: La storia tra sguardi micro e generalizzazioni**. Palermo: New Digital Press, 2017.
- Baccini, A.; Giannetti, R. **Storia della cliometria**. Firenze: Università degli Studi di Firenze, Dipartimento di Storia, 1990.
- Benjamin, W. **Das Passagen-Werk**. In: Tiedemann, R. (org.) Frankfurt am Main: Suhrkamp. 2 vols. 1982.
- Chandler, A. D. **Strategy and Structure: chapters in the history of the industrial enterprise**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1962.
- Chaunu, P. **Histoire Quantitative, Histoire Sérielle**. Paris: Éditions de l'EHESS, 1978.
- Clark, P.; Rowlinson, M. “The treatment of history in organization studies: towards an ‘historic turn?’” **Business History**, 46, n. 3, p. 331-352, 2004.
- De Certeau, M. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.
- Decker, S. “The Silence of the Archives: Business History, Post-colonialism and Archival Ethnography”. **Management & Organizational History**, 8, n. 2, p. 155-173, 2013.
- Decker, S. “Mothership reconnection: microhistory and institutional work compared”. In: McLaren, P.; Mills, A.; Weatherbee, T. G. (org.) **The Routledge Companion to Management and Organization History**. Abingdon: Routledge, 2015. p. 222-238.
- Delany, William. “Book Note and Review: Human Relations: Men Who Manage: Fusions of Feeling and Theory in Administration”. **ILR Review**, v. 13, n. 4, 1960.
- Desrosières, A. “Séries longues et conventions d'équivalence”. **Genèses**. n. 9, p. 92-97, 1992.

- Desrosières, A. **La politique des grands nombres: Histoire de la raison statistique**. Paris: La Découverte, 1993.
- Dilthey, W. **Introduzione alle scienze dello spirito: ricerca di una fondazione per lo studio della società e della storia**. In: De Toni, G. A. (org.) Firenze: La Nuova Italia, 1974.
- Emigh, R. J. "The Power of Negative Thinking: The use of Negative Case Methodology in the Development of Sociological Theory". **Theory and Society**, v. 26, n. 5, p. 649-684, 1997.
- Ermakoff, Ivan. "Exceptional Cases: Epistemic contributions and Normative Expectations". **The European Journal of Sociology**, v. 55, n. 2, November 2014.
- Gibson, W. **Pattern Recognition**. New York: G.P. Putnam's Sons, 2003.
- Ginzburg, C. "Spie. Radici di un paradigma indiziario". In: Gargani, A. (org.) **Crisi della ragione**. Torino: Einaudi, 1979. p. 57-106.
- Goldin, C. "Cliometrics and the Nobel". **The Journal of Economic Perspectives**, v. 9, n. 2, p. 191-208, 1995.
- Grendi, E. "Micro-analisi e storia sociale". **Quaderni storici**, v. 35, p. 506-520, 1977.
- Kipping, M.; Üsdiken, B. "History in organization and management theory: more than meets the eye". **The Academy of Management Annals**, v. 8, n. 1, p. 535-588, 2014.
- Levi, G. "On Microhistory". In: Burke, P. (org.) **New Perspectives on Historical Writing**. Philadelphia: Penn State University Press, 1991. p. 93-113.
- Martin, G. **Past Futures: The Impossible Necessity of History**. Toronto: University of Toronto Press, 2004.
- Megill, A. **Historical Knowledge, Historical Error: a Contemporary Guide to Practice**. Chicago: University of Chicago Press, 2007.
- Moleini, A. **La solitudine dell'assassino**. Milano: Rizzoli, 2006.
- Passeron, J. C.; Revel, J. (org.) **Penser par cas**. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2005.
- Peltonen, M. "Clues, Margins and Monads: The micro-macro link in Historical Research". **History and Theory**, v. 40, n. 3, p. 347-359, 2001.
- Ricoeur, P. **Memory, History, Forgetting**. Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- Rowlinson, M.; Hassard, J.; Decker, S. "Strategies for organizational history: a dialogue between historical theory and organization theory". **Academy of Management Review**. v. 39, n. 3, p. 250-274, 2014.
- Stapleford, T. A. **The Cost of Living in America: a Political History of Economic Statistic, 1880-2000**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- Stoler, A. L. **Along the Archival Grain**. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- Strati, A. **Theory and Method in Organization Studies**. Thousand Oaks: Sage, 2000.
- White, H. "The Burden of History". **History and Theory**, v. 5, n. 2, p. 111-134, 1966.
- White, H. **Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.